

AICOPA

Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas dos Açores

CONSTRUÇÃO & MATERIAIS

BOLETIM INFORMATIVO 164

ABRIL DE 2022



Nesta Edição:

Editorial.2

Obrigações Legais .3

Espaço do Associado: Filipe & Filipe, Lda. 4

Prosa.Qualifica com 174 açorianos em formação das nove ilhas .5

Taxa de juro implícita no crédito à habitação desceu em fevereiro.6

Parlamento açoriano aprova incentivos de 19 ME para painéis fotovoltaicos.6

Alojamento turístico mantém aceleração em março.7

Atividades .8

AICOPA parceira da
iniciativa Ponta Delgada
Capital Europeia da Cultura
2027



AZORES2027

Ponta Delgada, Açores
Cidade Candidata a
Capital Europeia da Cultura

Editorial:

**Eng.º Rui Correia****Presidente da Associação do Alojamento Local dos Açores**

A relação entre o Alojamento Local e o sector da Construção Civil é hoje uma das mais importantes da economia da Região Autónoma dos Açores.

É por esta via que muitos investimentos privados são realizados, e que têm uma consequência indireta e induzida na economia, algo que está evidenciado no estudo que a ALA - Associação do Alojamento Local dos Açores apresentou recentemente, e onde se constata que os ganhos do Alojamento Local (diretos, indiretos e induzidos) anuais são de mais de 180 milhões de euros. Se tivermos em conta que quase 60 milhões de euros são os ganhos diretos e que o Alojamento Local tem uma motivação de melhoria constante, então é fácil concluir que parte deste ganho é investido nos imóveis, logo, e consequentemente, no sector da Construção

Civil nas suas diversas vertentes.

Grande parte dos imóveis que são hoje AL, eram, até há pouco tempo, edificado habitacional em ruína ou degradado, mas que foram alvo de reabilitação. Aliás, uma das grandes mais-valias do AL reside na reintrodução destes imóveis no parque imobiliário.

Qualquer AL, devidamente registado nos Açores, tem de cumprir com o RGEU, daí que muitos imóveis que não cumpriam estes requisitos foram obrigados a obras de adaptação e/ou legalização. O resultado final são imóveis legais e com uma significativa valorização, que numa primeira instância estão afectos ao Alojamento Local, mas que a qualquer momento poderão estar disponíveis para outros fins, como o da habitação permanente.

Há excepção da tipologia de Hostel, o AL não foi contemplado pelo sistema de incentivos no PO Açores 2020, contudo, espera-se que para o PO Açores 2030 seja elegível. É de cabal justiça e equidade que assim seja. Se a eficiência energética e sustentabilidade, baseadas nas diretrizes da União Europeia, estão na

ordem do dia, além de uma cada vez maior preocupação em adaptar as infraestruturas ao turismo acessível, a elegibilidade do AL fará ainda mais sentido, com óbvio reflexo positivo no mercado da Construção Civil.

É sabido que existirá uma certa complexidade e rigor na atribuição destes apoios, todavia, tal levará, certamente, a uma maior profissionalização de ambos os sectores, impedindo assim a economia paralela, e com o consequente contributo para a colecta de impostos, que mais tarde serão investidos em infraestruturas públicas em benefício de toda a sociedade.

No presente e no futuro teremos de evitar análises e abordagens redutoras e sectoriais da atividade turística e Construção Civil. Nos dias de hoje todos nós nos correlacionamos, daí que a visão terá de ser sempre global, onde a descentralização servirá como meio de fazer chegar às nove ilhas dos Açores os investimentos públicos e privados, até porque, é fundamental para a fixação e formação de mais e melhores profissionais em todas as ilhas do arquipélago, aumentando assim a coesão regional e o combate à desertificação nas ilhas de menor dimensão por via da criação de novas oportunidades e mais desenvolvimento socioeconómico.

Ficha técnica

PROPRIEDADE: Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas dos Açores **SEDE:** Rua Eng.º José Cordeiro, nº 38 - 1.º - 9500-296, Ponta Delgada **TELF:** 296 284 733 **EMAIL:** aicopa@aicopa.pt **INTERNET:** www.aicopa.pt **DIREÇÃO:** Alexandra Bragança **IMAGEM (DIREITOS RESERVADOS):** IPOG (Capa); Portal do Governo Regional dos Açores—JF (Página 5) **PAGINAÇÃO:** Márcia Tavares **PERIODO-CIDADE:** Trimestral

Obrigações Legais

Aprovada proposta que permite redução de taxa do IRC nas regiões autónomas

Proposta de alteração do PS ao Orçamento do Estado para 2022 permite às regiões autónomas aplicar uma redução nas taxas do IRC.

Os deputados aprovaram no dia 26 de maio uma proposta de alteração do PS ao Orçamento de Estado para 2022 (OE2022) que permite às regiões autónomas aplicar uma redução nas taxas de IRC.

A medida foi aprovada por unanimidade e visa agilizar a compatibilização da norma prevista no Estatuto dos Benefícios Fiscais que permite a aplicação de uma taxa de IRC mais baixa no interior de baixa densidade nos termos dos estatutos das regiões autónomas e da lei das finanças regionais que permitem à Madeira e aos Açores um diferencial fiscal de 30%.

Fonte: Açoriano Oriental



Adiados prazos de entrega da Modelo 22 e de aceitação de faturas em PDF

O prazo de entrega da declaração periódica de rendimentos de IRC (declaração Modelo 22 - período de tributação de 2021) e respetivo pagamento foi prorrogado até ao próximo dia 6 de junho e a aceitação de faturas em PDF até 31 de dezembro de 2022.

O adiamento das obrigações de entrega da declaração periódica de rendimentos de IRC (declaração Modelo 22) do período de tributação de 2021 e respetivo pagamento, previstos no n.º 1 do artigo 120.º e na alínea

b) do n.º 1, do artigo 104.º do Código do IRC, possam ser cumpridas até 6 de junho; o adiamento destes dois prazos foi aprovado pelo Despacho n.º 49/2022-XXIII, de 24 de maio, assinado pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, que procede a um "ajuste pontual do calendário fiscal de 2022". Nele, Mendonça Mendes determina que, sem quaisquer acréscimos ou penalidades:

a) as obrigações de entrega da declaração periódica de rendimentos de IRC (declaração Modelo 22) do

período de tributação de 2021 e respetivo pagamento, previstos no n.º 1 do artigo 120.º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 104.º do Código do IRC, possam ser cumpridas até 6 de junho;

b) até 31 de dezembro de 2022 devem ser aceites faturas em PDF, as quais são consideradas faturas eletrónicas para todos os efeitos previstos na legislação fiscal.

Fonte: AECOPS

Governo dos Açores alarga prazo de entrega do Relatório Único das empresas até 30 de junho

O Governo Regional dos Açores aprovou, em Conselho do Governo, a prorrogação do prazo de entrega do Relatório Único 2021 (RU) até 30 de junho, com o objetivo de apoiar, também em termos processuais, o equilíbrio e reajustamento das atividades das empresas na região, tendo em conta o atual contexto de retoma da atividade económica.

O novo calendário para a recolha do Relatório Único, respeitante à informação social das entidades empregadoras, permite às empresas, num espaço de tempo mais alargado, reunir as melhores condições para a

respetiva entrega relativa ao ano de 2021.

Este adiamento do prazo de recolha do Relatório Único para dados referentes a 2021 contribui também para reforçar a promoção de ações que auxiliem os compromissos empresariais.

O Relatório Eletrónico, previsto no Decreto Legislativo Regional n.º 24/2010/A, de 22 de julho, descreve e pormenoriza a atividade social das empresas, a cada ano em particular, e a sua entrega deve ser feita exclusivamente em formato digital e entregue através de uma plataforma na internet

disponível em <https://oefp.azores.gov.pt/>.

Os contactos para apoio técnico à entrega do Relatório Único podem ser efetuados através do número de telefone 296 30 80 60 e do email oeqp.srjape@azores.gov.pt.

Fonte: Portal do Governo Regional dos Açores.



PRORROGAÇÃO DA ENTREGA DO RELATÓRIO ÚNICO 2021 ATÉ 30 DE JUNHO DE 2022

desenvolvido por empresa e qualificação profissional

Espaço do Associado

Ficha do Associado

Denominação:

Filipe & Filipe, Lda

Data de Constituição:

1991

Natureza Jurídica:

Sociedade por Quotas

Atividade:

CAE — 43992 Outras atividades especializadas de construção diversas, n.e.

Contatos:

Rua Joaquim Marques, 46

9500-794 Ponta Delgada

Telf:

296 384 228

Email:

mfcerda@hotmail.com



Dr. Marco de la Cerda Filipe, Sócio-Gerente

Como caracterizaria a “Filipe & Filipe, Lda.”, relativamente à sua área de negócio e que balanço geral faz da atividade da empresa desde a sua constituição?

A empresa Filipe & Filipe, Lda foi constituída em 19 de março de 1991, pelos dois irmãos, Mário Jorge Gouveia Filipe e José Luís Gouveia Filipe, com objeto social de distribuição, comercialização e importação de eletrodomésticos. Durante o ano de 1998, com o sismo sentido nas Ilhas do Faial, Pico e São Jorge, surgiu a necessidade de fazer face à reabilitação e reconstrução de uma série de construções e neste ano a empresa orienta a sua atividade para a montagem e construção de pavilhões pré-fabricados em aço enformado a frio. Fomos inovadores na construção de pavilhões em aço, oferecendo uma abordagem integrada. Desde o projeto e o fabrico das construções, até ao seu transporte para qualquer parte da Região Autónoma dos Açores, a montagem no local e o serviço de pós-venda.

Durante vários anos trabalhamos exclusivamente com os pavilhões da Frisomat, garantindo uma construção económica, rápida e fácil e inigualável. Cada peça encaixa facilmente no seu lugar, graças ao seu conceito pré-definido e standartizado. Com a crescente necessidade de adaptação dos pavilhões aos projetos dos clientes, atualmente a empresa Filipe & Filipe, trabalha para além das estruturas da Frisomat de aço leve enformadas a frio, trabalha com estruturas metálicas em aço EURONORM S 275, JR (Fe 430B), com galvanização a quente ou metalizadas. Fornecemos projeto, incluindo memória descritiva, desenhos de pormenor, alçados e cálculos de estabilidade de estrutura metálica,

De que forma a “Filipe & Filipe, Lda”, procura diferenciar-se no mercado face aos seus concorrentes?

Como já foi referido, o posicionamento da empresa Filipe & Filipe no mercado, tem por base um crescimento de forma sustentada ao longo da sua existência, e resulta, não só do investimento realizado em equipamento e instalações, como de uma aposta constante na inovação e na atualização do seu processo produtivo, estruturado no know-how de equipas especializadas de montagem, apetrechadas com todos os meios técnicos necessários, garantindo assim a execução de todos os trabalhos com elevada qualidade e profissionalismo, num curto espaço de tempo.



orçamento e calendarização.

Comercializamos, também, todo o tipo de painéis e chapas para revestimentos e coberturas para todas as finalidades.

Desta maneira, respondemos às necessidades dos clientes Particulares ou Donos de Obras Públicas, independentemente do objetivo e da localização geográfica do pavilhão.

Perante a atual conjuntura, que interpretação faz ao estado do setor e que medidas entende ser ainda passíveis de adotar, com vista a impulsionar a construção civil na região?

Apesar do clima de imprevisibilidade que a pandemia trouxe à atividade económica, o setor da Construção Civil registou um crescimento durante 2020 e 2021, alicerçado no aumento de obras particulares e de construção habi-



quências ainda mais gravosas se a banca registar um aumento das taxas de juro ao crédito habitacional. Por outro lado, a construção não habitacional, de carácter público, nomeadamente empreitadas de obras públicas, não têm sido o suficiente para alavancar o setor de construção civil nos Açores, pois como é sabido, caracteriza-se por inúmeras empresas cuja dimensão são Micro e Pequenas Médias Empresas que não dispõem de capacidade técnica e recursos para suprir todas as exigências legais necessárias a um procedimento concursal. Seria importante adoptar medidas de alargamento do programa Reviva, adjudicação de pequenas obras de empreitadas de obras públicas e uma diminuição da carga fiscal para investimentos de aplicação de resulta-

tacional. No entanto, o aumento dos preços de matérias-primas e dos materiais de construção, coadjuvados com a escassez destes materiais vai provocar um abrandamento e decréscimo deste mercado, podendo ter conse-

dos das empresas.

Noticias

Prosa.Qualifica com 174 açorianos em formação das nove ilhas

A primeira fase do programa Prosa.Qualifica, medida destinada a melhorar as qualificações e a empregabilidade dos desempregados ocupados, conta com colocações desde janeiro passado, havendo 174 pessoas em formação, 122 presencialmente e 52 online, abrangendo açorianos de todas as ilhas dos Açores.

Segundo nota do Portal do Governo dos Açores, manutenção hoteleira, quartos/andares e receção AL (Alojamento Local), são os três cursos que estão a ser ministrados, tendo sido definidos com base nas necessidades do mercado de trabalho, preferências, escolaridade e perfil das pessoas ocupadas, entre outros critérios de seleção. Informações que foram dadas a saber a propósito da visita do Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego a uma turma na Escola Profissional das Capelas. Na altura, o governante fez notar que "decidimos proceder a um ajustamento de medidas, criando, por exemplo, o Prosa.Qualifica, com o objetivo de

focá-lo nas pessoas, visando auxiliar os públicos mais frágeis, incorporando uma componente de formação, para melhorar as suas condições de empregabilidade.

Algo há muito reclamado por todos", acrescentando que nesta fase, que considerou ser de transição, "haverá lugar a um ajustamento de medidas, de acordo com a evolução da recuperação económica". Freitas salientou estar em causa uma estratégia que está em desenvolvimento e que se vai consolidar nos próximos meses, de modo a evitar que os açorianos em medidas ocupacionais continuem a passar de programa em programa, sem qualquer acréscimo em

termos de qualificações, ou novas competências. O que se pretende é criar condições para promover a aproximação entre os desempregados com menor empregabilidade e potenciais empregadores por forma a que, numa fase mais avançada, seja possível colocar em entidades privadas as pessoas que agora estão a adquirir melhores competências.

Esta intenção visa facilitar, em contexto real de trabalho e durante um período predeterminado, a observação, por parte das entidades, das competências adquiridas no âmbito da formação, para possível contratação. "Os programas ocupacionais, fazem sentido para públicos frágeis e em situações de crise económica, mas não são solução estrutural para o desemprego", frisou Freitas.



Fonte: Açoriano Oriental

Taxa de juro implícita no crédito à habitação desceu em fevereiro

A taxa de juro implícita no conjunto dos contratos de crédito à habitação desceu para 0,793% em fevereiro, face aos 0,798% de janeiro, enquanto o capital médio em dívida aumentou 192 euros, revelou o INE.

Os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) mostram uma descida da taxa de juro implícita desde novembro, quando atingiu 0,807%, baixando para 0,801% em dezembro e para 0,798% em

janeiro, mas nos contratos celebrados nos últimos três meses já regista uma subida na taxa de juro de 0,684% em janeiro para 0,739% em fevereiro.

O INE assinala uma subida de 192 euros em fevereiro no capital médio em dívida para a totalidade dos contratos face ao mês anterior, fixando-se em 58.749 euros, e uma descida de 146 euros face a janeiro nos contratos celebrados nos últimos três

meses cujo montante médio do capital em dívida foi 121.724 euros em fevereiro.

Para o financiamento de aquisição de habitação, o INE registou uma descida para 0,807% na taxa de juro implícita para o total dos contratos, menos 0,5 pontos base (pb) face a janeiro, mas nos contratos celebrados nos últimos três meses a taxa de juro subiu 5,0 pb face ao mês anterior, fixando-se em 0,734%.

Fonte: Açoriano Oriental

Parlamento açoriano aprova incentivos de 19 ME para painéis fotovoltaicos

Decreto Legislativo Regional foi aprovado com votos favoráveis do PSD, CDS-PP, PPM, IL, BE, Chega e deputado independente

O parlamento dos Açores aprovou quinta-feira, 21 de abril de 2022, um sistema de incentivos de 19 milhões de euros no âmbito da transição energética para aquisição de painéis fotovoltaicos por parte de empresas e famílias.

O Decreto Legislativo Regional recebeu os votos favoráveis dos 25 deputados dos partidos que suportam o Governo Regional (PSD/CDSPP e PPM), do deputado da Iniciativa Liberal (IL), do Chega, do deputado independente e do BE.

O PS absteve-se na votação da proposta de "Atribuição de incentivos financeiros para a aquisição de sistemas solares fotovoltaicos a instalar na Região Autónoma dos Açores, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, designado por Solenerge".

A Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Berta Cabral, na apresentação da iniciativa

legislativa do Governo dos Açores, referiu que o sistema de incentivos, que surge no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), "contempla 19 milhões de euros para a transição energética por via da aquisição de painéis fotovoltaicos".

A governante salvaguardou que se pretende "aumentar a capacidade instalada em 12,6 megawatts em 2025".

Berta Cabral referiu que o diploma prevê um incentivo de 1.500 euros por quilowatt instalado, tendo como metas atingir os 3,3 megawatts em 2022, os 6,7 em 2023, os 9,8 em 2024 e os 12,6 em 2025.

A governante adiantou que os projetos para associar baterias vão ser alvo de participação por parte do programa Proenergia, indo ainda o executivo açoriano celebrar contratos com os municípios para que os mais desfavorecidos "não fiquem à margem da descarbonização e transição energética".

O social-democrata Carlos Freitas congratulou-se

com o diploma e salvaguardou a necessidade de fazer chegar os incentivos a famílias e empresas para se atingir as metas da transição energética.

O deputado Paulo Estêvão, do PPM, reconheceu que o diploma "tem melhorias importantes" e espera que contribua para que os Açores sejam cada vez mais autossuficientes em termos energéticos, reduzindo-se também os custos para as famílias e empresas.

O centrista Pedro Pinto também entende que a versão aprovada em plenário resulta de um "diploma melhor do que entrou" que "será bem implementado" para que se possa atingir as metas fixadas pela União Europeia e reduzir a fatura das empresas e famílias.

Nuno Barata (IL) considerou que o projeto "não é o ideal mas é melhor do que o inicial".

O deputado independente Carlos Furtado considerou que este "não foi efetivamente o diploma que estava à espera", uma vez que "promove uma discriminação negativa de pequenas e médias empresas e instituições

de solidariedade social”.

António Lima (BE) considerou que “embora não seja o desejado, o diploma foi substancialmente melhorado no debate”.

A socialista Sandra Freitas referiu que foi possível introduzir no diploma “propostas robustas” que não estavam contempladas na proposta inicial e levantou “grandes reservas em relação

à sua execução”, salvaguardando que este é um “cheque em branco apesar das alterações introduzidas”.

Fonte: Açoriano Oriental

Alojamento turístico mantém aceleração em março

Setor do alojamento turístico registou 1,6 milhões de hóspedes e 4,0 milhões de dormidas em março de 2022, correspondendo a aumentos de 464,1% e 543,2%, respetivamente.

O alojamento turístico manteve a aceleração, em março, com 1,6 milhões de hóspedes e 4,0 milhões de dormidas registadas, o que corresponde a subidas de 464,1% e 543,2%, respetivamente, segundo dados do INE hoje divulgados.

Segundo as estatísticas rápidas da atividade turística, publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), “setor do alojamento turístico registou 1,6 milhões de hóspedes e 4,0 milhões de

dormidas em março de 2022, correspondendo a aumentos de 464,1% e 543,2%, respetivamente”.

O crescimento registado no mês de março superou, assim, o que tinha já sido observado em fevereiro, mês em que se verificaram subidas de 503,8% nos hóspedes e de 523,5% nas dormidas.

No entanto, os valores foram ainda inferiores aos observados em março de 2019, quando ainda não havia medidas restritivas em Portugal devido à pandemia, com reduções de 15,3% nos hóspedes e 12,7% nas dormidas.

No mês em análise, o mercado interno contribuiu com 1,3 milhões de dormidas e os mercados externos com 2,7 milhões, observou a entidade estatística.

Face a março de 2019, “observaram-se diminuições quer nas dormidas de residentes (-3,6%), quer nas de não residentes (-16,5%)”.

De acordo com o INE, em março, 31,6% dos estabelecimentos de alojamento turístico estiveram encerrados ou não registaram movimento de hóspedes (que compara com 36,7% em fevereiro e 60,4% em março de 2021).

Fonte: Açoriano Oriental



MANITOU
HANDLING YOUR WORLD

MRT
VISION & VISION+

NOVO MANITOU MRT
VISION E VISION +
UMA MANEIRA DIFERENTE PARA
PLANEAR O O SEU TRABALHO



DESCUBRA O SEU NOVO MANITOU
MRT NO SEU DISPOSITIVO

Atividades

Audiência com o Presidente do Governo Regional dos Açores

No seguimento do pedido de parecer pelo Governo Regional dos Açores sobre Anteproposta do Programa Operacional dos Açores 2030, a AICOPA no dia 1 de fevereiro reuniu com o Presidente do Governo Regional dos Açores para auscultação dos parceiros sociais.

Das preocupações da associação apresentadas no parecer, destacamos as relativas à redução notória do peso dedicado à competitividade empresarial que cai de uma dotação de 287 milhões de euros (25,25%) para

194 milhões (17%), representando uma redução de 93 milhões de euros, e ainda, relativas à redução do peso dedicado à investigação, desenvolvimento e inovação (0,79%). Na modesta opinião desta associação, não é possível promover uma efetiva coesão económica e social sem um tecido empresarial regional com alicerces solidificados, forte, capitalizado e resiliente, por forma a gerar emprego, mais postos de trabalho, postos de trabalho tecnologicamente mais desafiantes, com capacidade para atrair os jovens no mercado de trabalho e de os reter.

A AICOPA apelou à consagração do tecido empresarial que compõe o setor da construção civil nos programas que irão materializar o POA 2030, atendendo ao facto deste setor ter sido esquecido no último PO, verificando-se atualmente que as empresas deste importante setor empresarial se encontram descapitalizadas e com dificuldades acrescidas no recurso ao crédito bancário, o que não lhes permite realizar os investimentos necessários na modernização dos seus equipamentos e no tão propagado processo de digitalização.

AICOPA reúne com Presidente da Câmara de Ponta Delgada—Dr. Pedro Nascimento Cabral

No seguimento das Autárquicas de 26 de setembro de 2021, a AICOPA reuniu com Dr. Pedro Nascimento

Cabral para apresentação de cumprimentos, a 4 de fevereiro de 2022. Na reunião foram apresentadas as preocu-

pações do setor.

AICOPA reúne com AIPA—Associação dos Imigrantes dos Açores

Devido à guerra que se faz sentir em Europa, nomeadamente na Ucrânia, a AICOPA reuniu com a Associação dos Imigrantes dos Açores, de modo a poder ajudar a associação com o reen- caminhar dos refugiados, relativamente a oferta de emprego para os mesmos.

A AIPA foi formalmente criada

em Março de 2003 na convicção de que os imigrantes podem e devem ser um agente ativo na procura e implementação de políticas promotoras de integração. Atualmente, a AIPA é uma associação reconhecida pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), membro do Conselho Consultivo Regional para os

Assuntos da Imigração e do Conselho Municipal da Cidadania de Ponta Delgada. A AIPA é ainda fundadora e coordenadora da PERCIP – Plataforma das Estruturas Representativas das Comunidades de Imigrantes em Portugal e representante de Portugal no Fórum Europeu para a Integração.

AICOPA reúne o Conselho Consultivo

O Consultivo da AICOPA, reuniu no dia 20 de abril, no Teatro Ribeira-grandense, na presença do Exmo. Senhor Presidenta da Câmara da Ribeira Grande para emitir parecer sobre a Anteproposta de Decreto Legislativo

Regional sobre as Regras Especiais dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, solicitado pela Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações.



Assembleia Geral da AICOPA para apresentação do Plano de Atividade e Orçamento para 2022 e Relatório de Gestão e Contas de 2021

Em cumprimento com os Estatutos da Associação, a AICOPA no passado dia 25 de março apresentou o Plano de Atividade e Orçamento para 2022, bem como o Relatório de Gestão e Conta de 2021.

De entre os objetivos da Direção para o ano de 2022, destacamos: a Realização do Seminário "O Dia da Construção"; Estabelecimento/ Restabelecimento de Parcerias e Organização de Ações Conjuntas em Prol dos

Associados; Revisão do Estudo sobre o Setor da Construção Civil na RAA e recuperação de edifício para sede da Associação.